

Ação popular contesta tratamento de lixo no DF

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS) ENTRA NA JUSTIÇA CONTRA A QUALIX PARA EXIGIR A RESCISÃO DO CONTRATO COM A EMPRESA, QUE TERMINA ESTE ANO. VÁRIOS PONTOS NÃO ESTÃO SENDO CUMPRIDOS

Vinicius Nader

O deputado distrital e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, Augusto Carvalho (PPS), está preocupado com a questão do lixo da Estrutural, que polui o meio ambiente e ameaça a qualidade da água do Distrito Federal com a contaminação dos mananciais, que abastecem 25% da população. A empresa responsável pela coleta e pelo tratamento de lixo no DF é a Qualix, contratada por meio de licitação pública pelo governo do Distrito Federal em setembro de 2000. O deputado tentou cobrar ontem, em audiência pública, uma posição da Qualix, que não estaria cumprindo o contrato assinado com o GDF.

O representante da empresa não compareceu ao encontro. Assim como o secretário de Meio Ambiente, Antônio Gomes, que não foi porque estava comprometido com as comemorações da Semana do Meio Ambiente. Agora, o deputado deve convocar os dois e mais um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para uma reunião, além de entrar hoje com uma ação popular contra a Secretaria de Meio Ambiente e o Ibama. Antônio Gomes disse que está disposto a conversar com o deputado, mas que não pôde ir à Câmara ontem. Porém, Augusto Carvalho alega que a mesma reunião foi desmarcada outras duas vezes e que ele havia confirmado presença nas duas. A Qualix foi procurada várias vezes pela reportagem e não quis se pronunciar sobre os assuntos tratados na audiência.

O contrato entre a Qualix e o GDF foi firmado em setembro de 2000 com a vigência de cinco anos. "Faltam apenas três meses e vários pontos, como a construção de um aterro sanitário em outro local do DF, um cuidado maior com o meio ambiente e a coleta seletiva não foram cumpridos. Acho muito difícil que se faça em três meses o que não foi feito em quase cinco anos", critica Augusto Carvalho.

Um dos pontos do contrato que mais chama a atenção do deputado diz respeito à remoção do lixo do local onde hoje ele es-



Lixão da Estrutural polui o meio ambiente e ameaça a qualidade da água do DF

tá instalado. Segundo o documento, essa remoção deveria ser feita em até 18 meses depois de sua assinatura. "Além disso, esse também era o prazo estabelecido para que o lixão da Estrutural fosse totalmente desativado", afirma Augusto Carvalho. "O maior problema do lixão é que a região está cada vez mais perto do Parque Nacional de Brasília, que além de ser uma reserva ecológica é de onde sai a água potável que abastece cerca de 25% da população do DF", explica Gustavo Souto Maior, professor da Universidade de Brasília (UnB) e estudioso do assunto há mais de 15 anos. "Isso não é uma questão de governo. Qualquer que seja o partido que está no poder, o problema não foi resolvido", completa o professor.

Gustavo garante que não é por falta de áreas propícias à instalação que a questão não chega ao fim. "Só um estudo da UnB mostra 38 áreas possíveis que respeitam o meio ambiente e a população ao mesmo tempo", afirma, citando como exemplos

O CONTRATO

Pontos do contrato que não foram cumpridos pela empresa Qualix:

■ Retirada do aterro da Estrutural - prazo estipulado de 18 meses desde setembro de 2000 - não foi iniciado até hoje

■ Reintegração da área recuperada ao Parque Nacional de Brasília - prazo estipulado de 18 meses desde setembro de 2000 - não foi iniciado até hoje

■ Trabalho de conscientização da população com relação à coleta seletiva - prazo estipulado de 18 meses desde setembro de 2000 - não foi iniciado até hoje

lotes em Ceilândia e Samambaia. A Secretaria de Meio Ambiente afirma que já enviou ao Ibama uma proposta de área para onde o lixão seria removido, mas o secretário se pronunciará sobre o assunto somente depois da aprovação dessa proposta.

Além de um problema ambiental, o lixão da Estrutural é um problema social que passa pela educação e por todo um trabalho de conscientização da população. "Queremos um aterro sanitário, já que o que temos é

um depósito a céu aberto. A ideia é que a ação envolva desde a coleta de lixo seletivo até a capacitação dos catadores de lixo. Tudo isso está previsto no edital que contratou a Qualix", afirmou Izabel Zaneti, diretora do Fórum das ONGs Ambientais do DF e do Entorno. Embora a coleta seletiva seja feita em poucas quadras do Plano Piloto, segundo levantamento do fórum, esse é o ponto da discussão no qual mais se avança. "O GDF está atuando na capaci-

tação de alguns catadores de lixo e já estuda a construção de galpões que podem servir de pontos alternativos de depósito de lixo seco", conta Izabel. Mas para ela o principal não está sendo feito e a responsabilidade, por contrato, mais uma vez seria da Qualix. "Está previsto todo um trabalho de educação da população com relação à coleta seletiva. Mas isso não pode ser feito em três meses. A empresa teve tempo hábil para isso, mas não soube aproveitar", afirma Izabel, que defendeu sua tese de doutorado na área de tratamento de lixo urbano em Porto Alegre.

O problema social também passa pelas questões trabalhistas. Cerca de três mil pessoas trabalham diariamente na coleta de lixo. Isso sem contar as cooperativas e os catadores autônomos que lotam o local atrás de entulho e lixo para revenda. "Somos contra a incineração do lixo da cidade porque reconhecemos o material como reserva de valor", diz Izabel. O Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Urbana não acha que as condições

em que eles trabalham no lixão sejam das mais favoráveis. "Nossa situação é quase desumana. Não temos luvas e nem um uniforme que nos proteja de algum corte com vidro. Além disso, várias pessoas já se acidentaram e a Qualix não tomou nenhuma providência", afirmou o presidente do sindicato José Cláudio de Oliveira. Ele sugere que sejam criados bolsões na cidade para armazenar o lixo que não poluam o meio ambiente e nem gerem maus cheiros ou desconforto para a população. "Eles poderiam abrigar papel e plástico", exemplifica José Cláudio.

As acusações de Augusto Carvalho não passam apenas pelo social ou pelo meio ambiente. O deputado também questiona o valor do contrato com a Qualix e o ônus que isso vem causando aos cofres do GDF desde seu contrato. "O edital previa um investimento de R\$ 355,5 milhões, mas o GDF já concedeu aditivos à empresa, chegando ao valor de R\$ 490 milhões", afirma Augusto, adiantando que pode pedir explicações ao GDF com relação a isso.